



MOÇÃO

Considerando que:

A) O actual Governo do Partido Socialista dá claros sinais de ter invertido um caminho de crescente descentralização administrativa que o País, lentamente, vinha a trilhar.

Na verdade, o processo de descentralização lançado pelo Governo de Durão Barroso foi, literalmente, “colocado na gaveta”, sem que tenha surgido qualquer esboço de solução alternativa. Em paralelo, outras atitudes, preocupantemente centralistas e controladoras, foram sendo tomadas, tendo como exemplos paradigmáticos o facto de o Governo querer passar nomear as Juntas Metropolitanas, ter designado o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (anteriormente eleito pelos autarcas da Região) e ter decidido levar a Gestão do Metro do Porto para Lisboa;

B) Tem-se imposto no nosso País, uma visão unipolar e centrífuga de desenvolvimento de Portugal, sem o necessário debate e a democrática participação dos Portugueses. Tal merece a nossa total preocupação, até porque os investimentos públicos que dão cumprimento à referida orientação estratégica condicionarão, de forma irreversível, as futuras Gerações. Veja-se o exemplo do novo Aeroporto de Lisboa (na Ota), ou a escolha das linhas prioritárias do TGV;

C) O Norte do País, o Distrito do Porto e a própria Cidade do Porto, têm sofrido um duro ataque por parte do Governo do Partido Socialista.

No QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), na rubrica de Grandes investimentos (13 mil milhões de euros), o Norte só recebe 4.6% desse montante (600 milhões de euros), para unicamente 3 Projectos (IP4 Vila Real/Quintanilha, Plataforma logística de Leixões e IC 35 Penafiel/Entre-os-rios). A OTA e o TGV absorvem 87% destes 13 mil milhões de euros.

Ao nível do Distrito do Porto, o Governo do PS, em dois anos e meio, já cortou, no PIDDAC, 880 milhões de euros, em investimentos, de diversas áreas. O Distrito do Porto recebe hoje, ¼ do que recebia à 2 anos atrás. Teríamos de recuar 10 anos, para encontrar um PIDDAC com valores tão reduzidos para o Distrito do Porto.

Em relação à cidade do Porto, são muitos os exemplos de discriminação negativa que está a sofrer por parte do Governo Socialista. Destacamos o abandono do Projecto do Centro Materno-Infantil do Norte, as dívidas à Câmara do Porto para pagamento do Bairro Parceria Antunes e Requalificação e Reabilitação de outros Bairros e o corte no financiamento do Programa “Porto Feliz”;



D) O PSD, por iniciativa da Comissão Política Nacional, está a promover a Revisão do Programa do Partido Social Democrata.

O actual Programa do Partido defende que “uma nova era se abre à afirmação do Poder Local, como garantia de uma administração pública descentralizada, de intervenção política e cívica dos cidadãos e de progresso regional equilibrado, sem esquecer o processo de regionalização administrativa do continente, que deve ser um factor de coesão entre os Portugueses e reger-se pelos princípios da participação democrática, da solidariedade nacional, da eficácia, da desburocratização e de subsidiariedade”;

O Plenário de Militantes da Secção do Porto do PSD, reunido no Auditório da Junta de Freguesia do Bonfim, em 6 de Julho de 2007, delibera:

1- Apelar à Comissão Política Nacional do PSD, para que não seja excluída do Programa do Partido a defesa, firme e inequívoca, de uma administração pública descentralizada, o progresso regional equilibrado e um processo regionalizador administrativo do Continente.

Subscritor:

Comissão Política da Secção do Porto do PSD.